



SINDILAT/RS

Sindicato da Indústria de Laticínios
do Rio Grande do Sul

CLIPPING SINDILAT

Janeiro de 2019



SINDILAT/RS

Sindicato da Indústria de Laticínios
do Rio Grande do Sul

CLIPPING IMPRESSO

Janeiro de 2019

Veículo: Correio do Povo

Data: 02/01/2019

Página: pg12, Rural

Centimetragem: 48cm

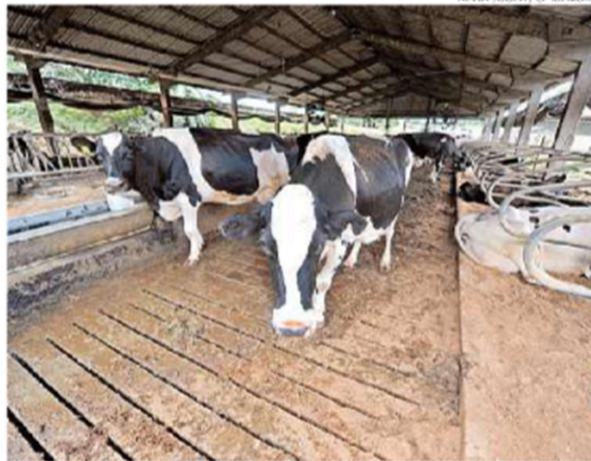
LEITE

Projeções otimistas para 2019

Setor acredita que cenário econômico pode favorecer preços, mas aguarda medidas do governo

As perspectivas são otimistas para o preço do litro de leite pago ao produtor em 2019. A valorização da cotação não deve ocorrer na largada do ano, quando o consumo das famílias está retraído em função do período de férias, mas é aguardada para os meses seguintes. "O cenário será de lucratividade", afirma o professor de Ciências Econômicas da Universidade de Passo Fundo (UPF), Eduardo Finamore, que integra a câmara técnica do Conselcite.

Para Finamore, em 2019 permanecerá a oscilação de preços na safra e entressafra. Só que a flutuação será menor do que no ano passado. Em janeiro, a cotação média foi de R\$ 0,9309. Nos supermercados, segundo a Agas, o litro foi vendido, em média, a R\$ 2,45. Em julho, chegou a R\$ 1,2949 para o produtor e



Mesmo com altos e baixos, 2018 registrou valorização ao produtor

RS 3,26 para o consumidor. Em dezembro, o preço foi projetado a R\$ 1,0057 no campo e a R\$ 2,67 no mercado. Mesmo com altos e baixos, no acumulado de 2018 houve valorização média

de 15,59% no valor de referência pago aos produtores. "A expectativa é que a macroeconomia em 2019 vai estar mais aquecida e poderá gerar uma estabilidade nos preços", avalia Finamore.

O assessor de Política Agrícola da Fetag/RS, Kaliton Prestes, diz também esperar um ano de estabilidade. Lembra que o histórico de preços do Conselcite mostra que um ano ruim geralmente é seguido por um de preços valorizados. "Como tivemos os últimos dois anos ruins, acreditamos na tendência de melhora em 2019", diz. A consolidação de preços melhores, para Prestes, também depende de uma nova postura do governo federal, impondo cotas de importação de laticínios no âmbito do Mercosul. O Sindilat também defende como estratégia o aumento das exportações, como forma de enxugar os estoques internos.

Veículo: Jornal do Comércio

Data: 10/01/2018

Página: pg12, Economia

Centimetragem: 160cm

12 Quinta-feira
10 de janeiro de 2019

Jornal do Comércio - Porto Alegre

Economia

COMUNICAÇÃO

MP cobra sinal de telefonia celular no campo

Ação que obrigou operadora a instalar antena no interior de São Francisco de Paula está inspirando outras cidades

Thiago Copetti

thiago.copetti@jornaldocomercio.com.br

O Ministério Público Estadual (MPE) ingressou, nesta semana, com uma ação civil pública exigindo que a operadora de telefonia Vivo instale antenas repetidoras de sinal na zona rural de Dom Pedrito, na região da Campanha. A ação foi inspirada em decisão recente da Justiça gaúcha para um caso semelhante, e vitorioso, do MPE, na comarca de São Francisco de Paula. A decisão, mantida após recurso da empresa, está inspirando outras ações, e é apontada como inédita no Estado. A interferência do MP começa a dar novos rumos a um antigo problema: a carência de sinal de telefonia celular em zonas rurais.

Em outubro de 2018, a Justiça manteve a decisão, tomada em maio, de que a operadora Vivo deveria instalar uma antena na localidade de Recosta, no interior de São Francisco de Paula. O entendimento foi de que, ao vender telefones a moradores da área rural sem que a localidade fosse atendida pela empresa, a Vivo estaria vendendo algo que não poderia entregar. Caso não cumpra a determinação, a operadora terá que pagar multa de R\$ 200 mil, determinada pelo juiz Carlos Eduardo Lima Pinto, decisão que foi mantida pelo desembargador Voltaire de Lima Soares. A operadora diz que recorrerá novamente da decisão, levando o caso a tribunais superiores.



Dom Pedrito é a segunda cidade gaúcha a receber apoio do Ministério Público contra serviço deficiente

Apesar de as reclamações sobre o serviço oferecido se arrastarem e se avolumarem há anos, as operadoras costumam se apegar na falta de exigência de sinal de telefonia fora da área urbana. Pode parecer estranho, mas é isso mesmo, os editais lançados pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) não exigem cobertura de celular na área rural.

“A Anatel exige cobertura apenas nas áreas urbanas, o que

é um absurdo. Principalmente porque as operadoras de telefonia se habituaram a vender telefones e planos de assinatura para moradores da zona rural, áreas onde, muitas vezes, não atendem”, explica a coordenadora do Centro de Apoio Operacional do Consumidor e da Ordem Econômica do MP, Caroline Vaz.

Para Caroline, a decisão judicial, no caso de São Francisco de Paula, é uma nova referência

para solucionar os inexistentes sinais disponíveis em boa parte do interior do Rio Grande do Sul. “Quando o cliente vai a operadora comprar um aparelho ou fazer um plano, ele fornece o endereço. E a operadora tem obrigação de garantir que, naquele endereço, o serviço está disponível, ou estará fazendo venda enganosa”, alerta a coordenadora do centro de apoio ao consumidor, que começa, neste ano, uma ampla

campanha de divulgação desse direito dos usuários da área rural e do dever das operadoras.

No caso de ação civil pública ajuizada pela Promotoria de Justiça Especializada de Dom Pedrito, o caso é a consolidação de um movimento iniciado há cerca de um ano pelo sindicato rural da cidade. Despertado para o caso, o promotor Francisco Saldanha Lauenstein começou a ouvir relatos de problemas ao longo do mês de dezembro. Reuniu, em pouco tempo, cerca de 50 depoimentos.

“Um dos que mais me chamou a atenção foi o de duas senhoras que chegaram aqui depois de comprar cinco ou seis aparelhos. Cada vez que retornavam para a loja, lhe vendiam outro telefone, melhor. Como são pessoas simples, acreditavam que o problema era no aparelho, e não de falta de sinal”, critica Lauenstein.

De acordo com o deputado estadual Elton Weber, que presidiu a Subcomissão de Telefonia, Internet e Serviços no Meio Rural, foi entregue ao Ministério Público Estadual e ao Federal um relatório com 827 nomes de moradores de 10 cidades que contrataram um serviço, compraram aparelhos e não conseguem utilizar em suas residências. “O serviço prestado é muito aquém do que precisa o produtor rural. Ao menos 50% das comunidades existentes no interior dos municípios não têm sinal de celular”, estima Weber.

Produtores e entidades relatam prejuízos econômicos

De acordo com produtores rurais e líderes de entidades ligadas ao campo, não é preciso ir muito distante de centros urbanos para começar a conviver com os problemas da telefonia celular nas áreas rurais. Presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios do RS (Sindilat), Alexandre Guerra relata que produtores de leite, que trabalham com um produto de coleta diária, enfrentam problemas constantes devido à falta de sinal de celular nas propriedades. Assim como as próprias indústrias de processamento de leite.

Diretor da Cooperativa Santa Clara, de Carlos Barbosa, Guerra enfrenta “zonas escuras”, dentro do prédio da empresa, localizada na área urbana do município. Guerra diz que o pior é a falta de contato digital com, ao menos, 10% dos cerca de 3,3 mil

produtores que fornecem leite à cooperativa. O executivo ressalta que não está nem falando de conexão de internet, mas do sinal básico para receber e enviar mensagens.

“Muitas vezes, temos de mandar um técnico até a propriedade do produtor para avisar sobre algum problema nos testes do leite que ele forneceu. Não há, nesses casos, nem mesmo sinal para envio de mensagem. E isso tem custo de combustível e de tempo do profissional para uma coisa que poderia ser resolvida com uma mensagem”, diz Guerra.

O diretor da cooperativa afirma, ainda, que, sem receber o aviso imediato de que sua produção necessita de ajustes, o produtor deixa de ter mais rápido um leite de melhor qualidade. E isso

significa perda de renda, já que pode ter a produção rejeitada ou receber menos do que poderia pelo produto.

Douglas Peralta, gerente administrativo do Sindicato Rural de Dom Pedrito, destaca, ainda, problemas sociais, de segurança e de gestão de propriedades no município devido a não se poder contar com o serviço de telefonia celular. O que ocorre com frequência é que isso só é descoberto após o produtor ter adquirido um aparelho ou conta. “Não se consegue chamar uma ambulância, nem a polícia, como muitas vezes é necessário. E, se algum funcionário da propriedade precisa falar com o dono, que está na cidade, para tomar alguma decisão, por exemplo, também não consegue em muitas áreas do Interior”, exemplifica Peralta.

Anatel espera por mudanças na legislação para ampliar cobertura

Por lei, no que se refere à abrangência de cobertura exigida das operadoras de telefonia celular, a obrigatoriedade é de alcançar 80% das áreas urbanas. Nos editais, lançados em 2012, não há nenhum item que faça referência a áreas rurais, explica Rafael Baldo de Lima, gerente regional da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

“Isso é uma fonte de muitos problemas. Estamos juntos com o MP na campanha para orientar os consumidores a buscarem ter certeza se o local onde vivem tem cobertura de sinal antes de comprar um telefone ou conta”, diz Lima.

O gerente regional da Anatel no Rio Grande do Sul ressalta que, atualmente, há dois projetos de lei tramitando no Congresso que pretendem amenizar o problema. Um deles é para mudar o direcionamento de uma taxa usada exclusivamente para algumas ações, como instalação e manutenção de orelhões (um serviço obsoleto hoje), e direcionar para antenas na área rural. Outra proposta em análise é usar recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) para ampliar a qualidade e a abrangência do sinal no campo, o que, hoje, não é possível, explica Lima.

Veículo: Jornal do Comércio

Data: 16/01/2019

Página: pg12, Economia

Centimetragem: 26cm

Sindilat se reúne pela segunda vez com a ministra da Agricultura

Para levar às instâncias federais as pautas do setor leiteiro gaúcho, o Sindicato da Indústria de Laticínios (Sindilat) e demais entidades da cadeia se reunirão com a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, amanhã, em Brasília, a partir das 14h. Um dos pontos importantes a serem abordados no encontro é a compra governamental de leite em pó, a fim de aliviar a pressão do mercado interno, e a criação de programa de incentivo à exportação de lácteos. O Sindilat será representado pelo presidente, Alexandre Guerra.

Segundo o dirigente, a reunião é um dos passos para recuperar a competitividade do setor, que sofre desvantagem se comparado ao Mercosul. O panorama pode ser revertido, de acordo com Guerra, com a criação de cotas de importações mensais da Argentina e do Uruguai que deem previsibilidade do volume que chegará ao Brasil.

“Em outubro e novembro do ano passado, foi importado o dobro de produtos em comparação a 2017. Isso gera desequilíbrio comercial e enfraquece o mercado como um todo”, explica. Além disso, Guerra pontua que não é só a produção que determina a falta de competitividade, mas também os custos envolvidos no processo, como preço do combustível, de insumos, de peças de maquinário etc.

É com otimismo que o presidente vê a relação das entidades do setor leiteiro gaúcho com o novo governo, visto que essa será a segunda reunião com Tereza Cristina. A primeira foi realizada em 18 de dezembro. “Temos que trabalhar em diversas frentes com o objetivo de manter um setor tão importante para a economia brasileira, proteger nosso mercado pelo número de famílias ligadas ao setor e nos transformar de importador para exportador.”

Veículo: Zero Hora
Data: 16/01/2019
Página: pg14, Campo Aberto
Centimetragem: 10cm

NO RADAR

Dirigentes de entidades do setor leiteiro têm reunião amanhã com a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, em Brasília. Alexandre Guerra, presidente do Sindlat-RS, diz que a compra de leite em pó pelo governo e programa de incentivo à exportação são dois dos temas a serem tratados.

Veículo: Jornal do Comércio

Data: 23/01/2018

Página: pg9, Economia

Centimragem: 75cm

Preço do leite estável marca o início do ano

Valor de janeiro está 0,15% acima do consolidado de dezembro do ano passado, segundo dados do Conseleite

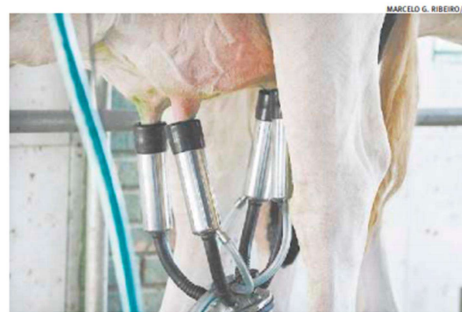
O ano de 2019 começa com estabilidade nos preços do leite no Rio Grande do Sul. Segundo dados divulgados ontem pelo Conseleite, na sede do Sindilat, em Porto Alegre, o valor de referência estimado para janeiro é de R\$ 1,0574, 0,15% acima do consolidado de dezembro de 2018, que fechou em R\$ 1,0559. O secretário executivo do Sindilat, Darlan Palharini, pontuou que o cenário reflete a sazonalidade do período, quando as transações de produtos geralmente estão menores em função do período de férias e recesso.

Entre os produtos que compõem o mix de produção do Rio Grande do Sul, o leite UHT teve alta de 10,90% no mês, apesar de a maior parte dos itens avaliados registrar queda: leite condensado (-5,46%), iogurte (+6,07%), queijo prato (-7,85%) e leite em pó (-3,59%). O presidente do Conseleite, Pedrinho Signori, disse que,

apesar de projeções acanhada do final de 2018, o que seu viu foi uma leve recuperação neste janeiro. "Com o calor excessivo, tivemos uma redução da produção no campo em todo o País, o que acabou refletindo na estabilidade de preços neste verão." Durante a reunião, o presidente do Sindilat, Alexandre Guerra, relatou sobre o encontro realizado no dia 17 de janeiro com a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, em Brasília. "Fomos convidados para participar desse debate setorial por estarmos próximos do Mercosul, um mercado que tanto impacta o setor lácteo brasileiro", relatou.

Atendendo à demanda dos conselheiros, o Conseleite deu início, na reunião deste mês, à análise dos dados de custo de produção e seus impactos no setor leiteiro. Para isso, o colegiado contou com estudo preliminar realizado pelo técnico estadual em Bovinocultu-

ra de Leite da Emater Jaime Ries, que fez uma explanação com cruzamento de dados tabulados pela Emater a campo no Rio Grande do Sul. "Trouxemos aqui um ensaio do que pode ser feito com os dados que temos, com o objetivo de alinhar, junto ao Conseleite, uma avaliação mais aprofundada de custos. Ainda precisamos definir qual a metodologia para criar algo nos moldes do Índice de Custos de Produção (ICP) Leite, tabulado pela Embrapa Gado de Leite", sugeriu. Para compilar os dados, o técnico propôs um indexador formado por uma cesta de insumos da produção leiteira, que integre gastos com nutrição, medicamentos, mão de obra, material de construção, entre outros. "Vamos refinar a coleta de dados, dar peso para os dados regionais e realizar aprimoramentos que nos permitam gerar informações locais e transparentes dos custos do leite", pontuou.



Conselho começou análise dos custos e seus impactos sobre a produção

Segundo os dados tabulados por Ries, entre os anos de 2010 e 2018, o produtor gaúcho necessitou, na média, de 1,25 litro de leite para adquirir um quilo de ração para vacas em lactação com 18% de proteína. "Verificamos que a relação de troca entre o valor li-

quido recebido pelo litro do leite e a ração em 2018 atingiu a posição mais favorável da década". Em 2015, lembra ele, o leite estava com valor baixo, o que não foi acompanhado pela ração, levando o setor a um de seus piores momentos.



SINDILAT/RS

Sindicato da Indústria de Laticínios
do Rio Grande do Sul

CLIPPING ELETRÔNICO

Janeiro de 2019

Veículo: Notícias Agrícolas

Link: <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/leite/228257-novo-cadastro-de-produtores-nao-impacta-a-industria-de-leite.html#.XDxgZNJKjcc>

Página: Notícias

Data: 11/01/2019

Novo cadastro de produtores não impacta a indústria de leite

Publicado em 11/01/2019 17:31

331 exibições



A partir de terça-feira (15/1), o Cadastro de Atividade Econômica da Pessoa Física (CAEPF) passa a ser obrigatório para produtores rurais. A modalidade substitui o Cadastro Específico do INSS (CEI), obrigatório até 14/1. O secretário executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), Darlan Palharini, esclarece que o número deste registro não será utilizado para retenção do Funrural. "Para isso, continuará sendo usado o número do CPF do produtor de leite", esclarece.

Para fazer o cadastro, os produtores contam com auxílio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no RS (Fetag) e da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), que firmaram convênio com alguns sindicatos rurais para evitar o pagamento da taxa de certificação digital. A orientação, afirmam a tesoureira geral da Fetag, Elisete Hintz, e o assessor da

Presidência do Sistema Farsul, Luís Fernando Cavalheiro Pires, é de que os produtores se informem sobre o cadastro com os sindicatos aos quais são associados. "Algumas empresas já estão pedindo o CAEPF, como a BRF Foods e a JBS", afirma Elisete.

Segundo publicação do Diário Oficial de 11 de setembro de 2018, a obrigatoriedade da inscrição vale para quem possua seguro que lhe preste serviço, pessoa física não produtor rural que adquira produção rural para venda, no varejo, a consumidor pessoa física nos termos do inciso II do §7º do art. 200 do Regulamento da Previdência Social, produtor rural contribuinte individual e segurados especiais.

A quantidade de inscrições por pessoa física varia de acordo com a natureza da atividade exercida. Se for de natureza rural, haverá uma inscrição para cada imóvel rural em que se exerça atividade econômica. Se a atividade for de natureza urbana, haverá uma inscrição para cada estabelecimento em que se exerça atividade econômica, desde que se mantenha empregado vinculado a cada um deles.

O CAEPF é administrado pela Receita Federal do Brasil e reúne informações das atividades econômicas exercidas pela pessoa física. Ele será utilizado pelos produtores rurais ao prestar as informações no eSocial, plataforma que unifica a entrega das informações previdenciárias, trabalhistas e fiscais.

Fonte: Sindilat

Veículo: RDM Rural

Link: <http://www.rdmrural.com.br/index.php/2019/01/12/novo-cadastro-de-produtores-nao-impacta-a-industria-de-leite/>

Página: Economia

Data: 11/01/2019



Foto: divulgação

Novo cadastro de produtores não impacta a indústria de leite

A partir de terça-feira (15/1), o Cadastro de Atividade Econômica da Pessoa Física (CAEPF) passa a ser obrigatório para produtores rurais. A modalidade substitui o Cadastro Específico do INSS (CEI), obrigatório até 14/1. O secretário executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), Darlan Palharini, esclarece que o número deste registro não será utilizado para retenção do Funrural. “Para isso, continuará sendo usado o número do CPF do produtor de leite”, esclarece.

Para fazer o cadastro, os produtores contam com auxílio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no RS (Fetag) e da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), que firmaram convênio com alguns sindicatos rurais para evitar o pagamento da taxa de certificação digital. A orientação, afirmam a tesoureira geral da Fetag, Elisete Hintz, e o assessor da Presidência do Sistema Farsul, Luís Fernando Cavalheiro Pires, é de que os produtores se informem sobre o cadastro com os sindicatos aos quais são associados. “Algumas empresas já estão pedindo o CAEPF, como a BRF Foods e a JBS”, afirma Elisete.

Segundo publicação do Diário Oficial de 11 de setembro de 2018, a obrigatoriedade da inscrição vale para quem possua seguro que lhe preste serviço, pessoa física não produtor rural que adquira produção rural para venda, no varejo, a consumidor pessoa física nos termos do inciso II do §7º do art. 200 do Regulamento da Previdência Social, produtor rural contribuinte individual e segurados especiais.

A quantidade de inscrições por pessoa física varia de acordo com a natureza da atividade exercida. Se for de natureza rural, haverá uma inscrição para cada imóvel rural em que se exerça atividade econômica. Se a atividade for de natureza urbana, haverá uma inscrição para cada estabelecimento em que se exerça atividade econômica, desde que se mantenha empregado vinculado a cada um deles.

O CAEPF é administrado pela Receita Federal do Brasil e reúne informações das atividades econômicas exercidas pela pessoa física. Ele será utilizado pelos produtores rurais ao prestar as informações no eSocial, plataforma que unifica a entrega das informações previdenciárias, trabalhistas e fiscais.

Veículo: Jornal Dia a Dia

Link: <http://jornaldiadia.com.br/2016/?p=522942>

Página: Notícias


Data: 12/01/2019



Economia e Negócios



Novo cadastro de produtores não impacta a indústria de leite

📅 12 de Janeiro de 2019 👤 Ray Santos



Invista a partir de R\$ 30,00 e sem taxas

Abra a sua conta

  A partir de terça-feira (15/1), o Cadastro de Atividade Econômica da Pessoa Física (CAEPF) passa a ser obrigatório para produtores rurais. A modalidade substitui o Cadastro Específico do INSS (CEI), obrigatório até 14/1. O secretário executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), Darlan Palharini, esclarece que o número deste registro não será utilizado para retenção do Funrural. “Para isso, continuará sendo usado o número do CPF do produtor de leite”, esclarece.

Para fazer o cadastro, os produtores contam com auxílio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no RS (Fetag) e da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), que firmaram convênio com alguns sindicatos rurais para evitar o pagamento da taxa de certificação digital. A orientação, afirmam a tesoureira geral da Fetag, Elisete Hintz, e o assessor da Presidência do Sistema Farsul, Luís Fernando Cavalheiro Pires, é de que os produtores se informem sobre o cadastro com os sindicatos aos quais são associados. “Algumas empresas já estão pedindo o CAEPF, como a BRF Foods e a JBS”, afirma Elisete.

Segundo publicação do Diário Oficial de 11 de setembro de 2018, a obrigatoriedade da inscrição vale para quem possua seguro que lhe preste serviço, pessoa física não produtor rural que adquire produção rural para venda, no varejo, a consumidor pessoa física nos termos do inciso II do §7º do art. 200 do Regulamento da Previdência Social, produtor rural contribuinte individual e segurados especiais.

A quantidade de inscrições por pessoa física varia de acordo com a natureza da atividade exercida. Se for de natureza rural, haverá uma inscrição para cada imóvel rural em que se exerça atividade econômica. Se a atividade for de natureza urbana, haverá uma inscrição para cada estabelecimento em que se exerça atividade econômica, desde que se mantenha empregado vinculado a cada um deles.

O CAEPF é administrado pela Receita Federal do Brasil e reúne informações das atividades econômicas exercidas pela pessoa física. Ele será utilizado pelos produtores rurais ao prestar as informações no eSocial, plataforma que unifica a entrega das informações previdenciárias, trabalhistas e fiscais.

Veículo: MilkPoint

Link: <https://www.milkpoint.com.br/noticias-e-mercado/giro-noticias/novo-cadastro-de-produtores-nao-impacta-a-industria-de-leite-212049/>

Página: Giro de Notícias

Data: 14/01/2019



A partir de terça-feira (15/1), o **Cadastro de Atividade Econômica da Pessoa Física (CAEPF)** passa a ser obrigatório para produtores rurais. A modalidade substitui o Cadastro Específico do INSS (CEI), obrigatório até 14/1. O secretário executivo do **Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat)**, Darlan Palharini, esclarece que o número deste registro não será utilizado para retenção do Funrural. “Para isso, continuará sendo usado o número do CPF do produtor de leite”, esclarece.

Para fazer o cadastro, os produtores contam com auxílio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no RS (Fetag) e da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), que firmaram convênio com alguns sindicatos rurais para evitar o pagamento da taxa de certificação digital. A orientação, afirmam a tesoureira geral da Fetag, Elisete Hintz, e o assessor da Presidência do Sistema Farsul, Luís Fernando Cavalheiro Pires, é de que os produtores se informem sobre o cadastro com os sindicatos aos quais são associados. “Algumas empresas já estão pedindo o CAEPF, como a BRF Foods e a JBS”, afirma Elisete.

Segundo publicação do Diário Oficial de 11 de setembro de 2018, a obrigatoriedade da inscrição vale para quem possua seguro que lhe preste serviço, pessoa física não produtor rural que adquira produção rural para venda, no varejo, a consumidor pessoa física nos termos do inciso II do §7º do art. 200 do Regulamento da Previdência Social, produtor rural contribuinte individual e segurados especiais.

A quantidade de inscrições por pessoa física varia de acordo com a natureza da atividade exercida. Se for de natureza rural, haverá uma inscrição para cada imóvel rural em que se exerça atividade econômica. Se a atividade for de natureza urbana, haverá uma inscrição para cada estabelecimento em que se exerça atividade econômica, desde que se mantenha empregado vinculado a cada um deles.

O CAEPF é administrado pela Receita Federal do Brasil e reúne informações das atividades econômicas exercidas pela pessoa física. Ele será utilizado pelos produtores rurais ao prestar as informações no eSocial, plataforma que unifica a entrega das informações previdenciárias, trabalhistas e fiscais.

As informações são da Sindilat.

Veículo: Edairy News

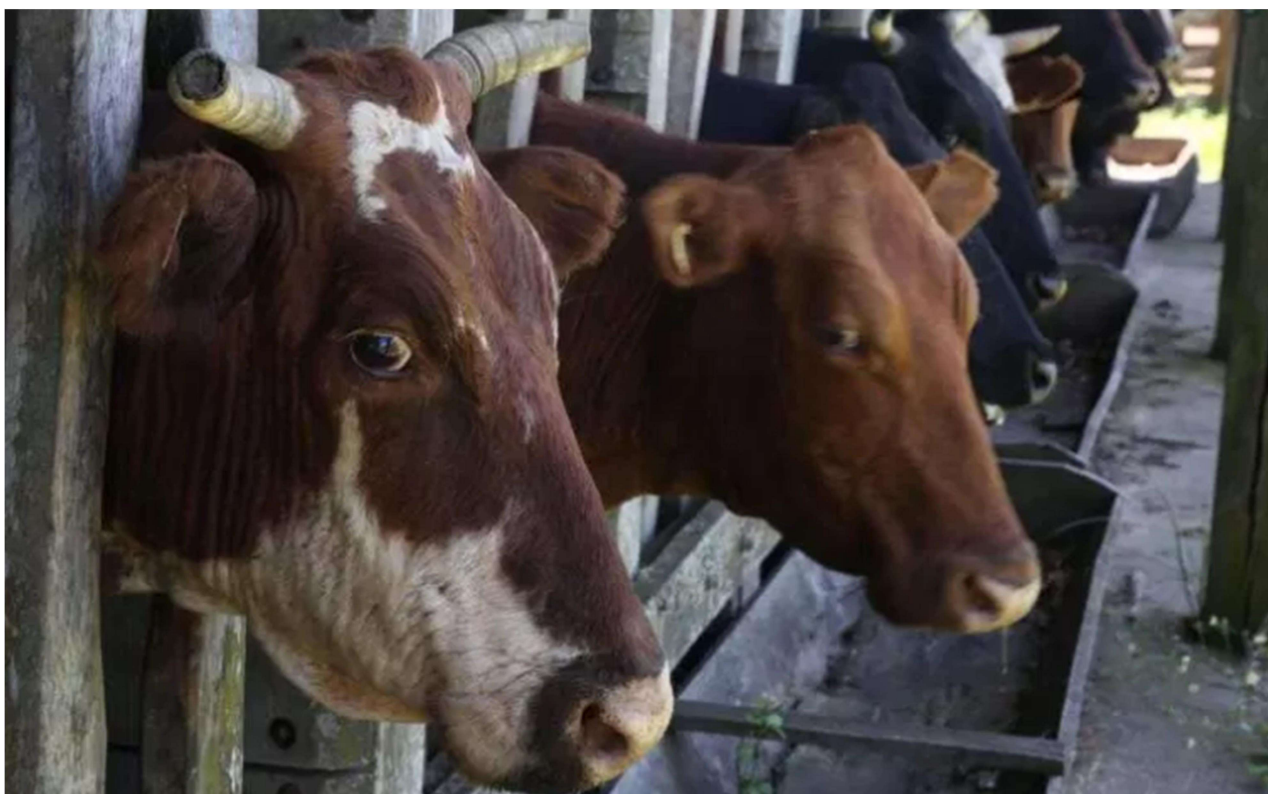
Link: <https://edairynews.com/br/novo-cadastro-de-produtores-nao-impacta-a-industria-de-leite-59911/>

Página: Notícias

Data: 14/01/2019

Brasil | 14 enero, 2019

LEITE | NOVO CADASTRO DE PRODUTORES NÃO IMPACTA A INDÚSTRIA DE LEITE



Uma vantagem da técnica é a possibilidade de utilizar sêmen de raças que transmitem características não encontradas em reprodutores locais Tadeu Vilani / Agencia RBS

A partir de terça-feira (15/1), o Cadastro de Atividade Econômica da Pessoa Física (CAEPF) passa a ser obrigatório para produtores rurais.

A partir de terça-feira (15/1), o Cadastro de Atividade Econômica da Pessoa Física (CAEPF) passa a ser obrigatório para produtores rurais. A modalidade substitui o Cadastro Específico do INSS (CEI), obrigatório até 14/1. O secretário executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), Darlan Palharini, esclarece que o número deste registro não será utilizado para retenção do Funrural. "Para isso, continuará sendo usado o número do CPF do produtor de leite", esclarece.

Para fazer o cadastro, os produtores contam com auxílio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no RS (Fetag) e da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), que firmaram convênio com alguns sindicatos rurais para evitar o pagamento da taxa de certificação digital. A orientação, afirmam a tesoureira geral da Fetag, Elisete Hintz, e o assessor da Presidência do Sistema Farsul, Luís Fernando Cavalheiro Pires, é de que os produtores se informem sobre o cadastro com os sindicatos aos quais são associados. “Algumas empresas já estão pedindo o CAEPF, como a BRF Foods e a JBS”, afirma Elisete.

Segundo publicação do Diário Oficial de 11 de setembro de 2018, a obrigatoriedade da inscrição vale para quem possua seguro que lhe preste serviço, pessoa física não produtor rural que adquira produção rural para venda, no varejo, a consumidor pessoa física nos termos do inciso II do §7º do art. 200 do Regulamento da Previdência Social, produtor rural contribuinte individual e segurados especiais.

A quantidade de inscrições por pessoa física varia de acordo com a natureza da atividade exercida. Se for de natureza rural, haverá uma inscrição para cada imóvel rural em que se exerça atividade econômica. Se a atividade for de natureza urbana, haverá uma inscrição para cada estabelecimento em que se exerça atividade econômica, desde que se mantenha empregado vinculado a cada um deles.

O CAEPF é administrado pela Receita Federal do Brasil e reúne informações das atividades econômicas exercidas pela pessoa física. Ele será utilizado pelos produtores rurais ao prestar as informações no eSocial, plataforma que unifica a entrega das informações previdenciárias, trabalhistas e fiscais.

Veículo: Página Rural

Link: <http://www.paginarural.com.br/noticia/264295/indenizacoes-a-produtores-de-leite-crescem-em-2018-diz-sindilat>

Página: Notícias

Data: 15/01/2019

Terça-feira, 15 de janeiro de 2019 - 17h25m

Eventos > Sindilat

RS: indenizações a produtores de leite crescem em 2018, diz Sindilat

Porto Alegre/RS

O Fundo de Desenvolvimento e Defesa Sanitária Animal (Fundesa) anunciou nesta terça-feira (15) durante Assembleia Geral Extraordinária o aumento de recursos destinados a indenização de produtores de leite em 2018 com relação a 2017.

O ano fechou com R\$ 4,2 milhões designados a erradicação de animais positivos para tuberculose ou brucelose - 9,64% a mais do que no ano anterior. Esses números, de acordo com o secretário-executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios (Sindilat), Darlan Palharini, sinalizam que os criadores estão cada vez mais conscientes sobre a importância da eliminação dessas zoonoses no Estado.

O valor que coube às indenizações no setor leiteiro correspondem a mais de 60% do valor utilizado nas quatro cadeias que compõem o Fundo (aves, suínos, pecuária de corte e pecuária de leite) - R\$ 6,5 milhões. Para o presidente do Fundo, Rogério Kerber, os números demonstram que o Rio Grande do Sul está trabalhando com muita competência para redução na incidência da tuberculose e da brucelose nos rebanhos. Além disso, para Kerber os dados também enfatizam que os criadores vêm trabalhando o saneamento em suas propriedades.

Na ocasião, o Fundesa divulgou o saldo do fundo que fechou o ano em R\$ 84,84 milhões, com o ingresso de R\$ 10,5 milhões em contribuições de produtores e indústrias.

Fonte: Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat)



O QUE
A GENTE
PODE FAZER
PARA VOCÊ
PROSPERAR
HOJE?

 **Santander**

ABRA SUA CONTA

Sujeito análise cadastral e de crédito.

Veículo: Agrolink

Link: https://www.agrolink.com.br/noticias/indenizacoes-a-produtores-de-leite-crescem-em-2018_415057.html

Página: Notícias

Data 15/01/2019



Imagem créditos: Carolina Jardine

Indenizações

Indenizações a produtores de leite crescem em 2018

Fundesca divulgou o saldo do fundo que fechou o ano em R\$ 84,84 milhões

Por: AGROLINK COM INF. DE ASSESSORIA
Publicado em 15/01/2019 às 18:10h.



177 ACESSOS

O Fundo de Desenvolvimento e Defesa Sanitária Animal (Fundesa) anunciou nesta terça-feira (15/1) durante Assembleia Geral Extraordinária o aumento de recursos destinados a indenização de produtores de leite em 2018 com relação a 2017. O ano fechou com R\$ 4,2 milhões designados a erradicação de animais positivos para tuberculose ou brucelose - 9,64% a mais do que no ano anterior. Esses números, de acordo com o secretário-executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios (Sindilat), Darlan Palharini, sinalizam que os criadores estão cada vez mais conscientes sobre a importância da eliminação dessas zoonoses no Estado.

O valor que coube às indenizações no setor leiteiro correspondem a mais de 60% do valor utilizado nas quatro cadeias que compõem o Fundo (aves, suínos, pecuária de corte e pecuária de leite) - R\$ 6,5 milhões. Para o presidente do Fundo, Rogério Kerber, os números demonstram que o Rio Grande do Sul está trabalhando com muita competência para redução na incidência da tuberculose e da brucelose nos rebanhos. Além disso, para Kerber os dados também enfatizam que os criadores vêm trabalhando o saneamento em suas propriedades.

Na ocasião, o Fundesa divulgou o saldo do fundo que fechou o ano em R\$ 84,84 milhões, com o ingresso de R\$ 10,5 milhões em contribuições de produtores e indústrias.

Veículo: Canal Rural

Link: <https://canalrural.uol.com.br/noticias/pecuaria/leite/lacteos-rs-vai-pedir-a-ministra-cotas-de-importacao-do-mercosul/>

Página: Notícias

Data: 15/01/2019

ALIVIAR A PRESSÃO

Lácteos: Sindilat-RS vai pedir a ministra cotas de importação do Mercosul

Reunião é passo para recuperar competitividade do setor leiteiro do Brasil, afirma presidente do sindicato dos laticínios do estado

15 de janeiro de 2019 às 20:08
Por Estadão Conteúdo



Foto: Pixabay

O presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), Alexandre Guerra, vai se reunir nesta quarta-feira, dia 16, às 14h, com a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, em Brasília (DF). A informação foi passada em nota, pelo próprio sindicato. Conforme o Sindilat, um dos pontos importantes a serem abordados no encontro é a compra governamental de leite em pó, a fim de aliviar a pressão do mercado interno, e a criação de um programa de incentivo à exportação de lácteos.

Guerra comenta que a reunião é um dos passos para recuperar a competitividade do setor leiteiro no Brasil, que sofre desvantagem se comparado aos países do Mercosul. “O panorama pode ser revertido com a criação de cotas de importações mensais da Argentina e do Uruguai que deem previsibilidade do volume que chegará ao Brasil”, disse Guerra na nota. “Em outubro e novembro do ano passado foi importado o dobro de produtos em comparação a 2017. Isso gera desequilíbrio comercial e enfraquece o mercado como um todo.”



Símix
GESTÃO DE RH ONLINE
Segurança para empresa,
tranquilidade para o
funcionário.
Homologado MTE
CONHEÇA MAIS

Recentemente, em 10 de janeiro, a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc) também pediu ao governo federal a fixação de uma cota para importação de leite dos países do Mercosul. Sobre o que excederia o volume seria aplicada uma taxa de importação. A medida, argumentou na ocasião o presidente da Faesc, José Zeferino Pedrozo, é para “combater a crise no setor leiteiro”. Segundo ele, as compras sem limite do produto do bloco colocaram produtores brasileiros em desvantagem. “O ideal seria a definição de cotas para os países que são membros e evitaria a concorrência predatória dentro do bloco”, disse ele em nota.

Ainda conforme a Faesc, as diferenças no custo de produção – incluindo encargos trabalhistas, questões tributárias e clima – geram para os vizinhos uma vantagem competitiva em relação aos pecuaristas do Brasil.

Veículo: Broadcast Agro

Link: <http://broadcast.com.br/cadernos/agro/?id=SIR1OFpEVjMvY0xweUVzcTg0ZG1yZz09>

Página: Agronegócio

Data: 15/01/2019

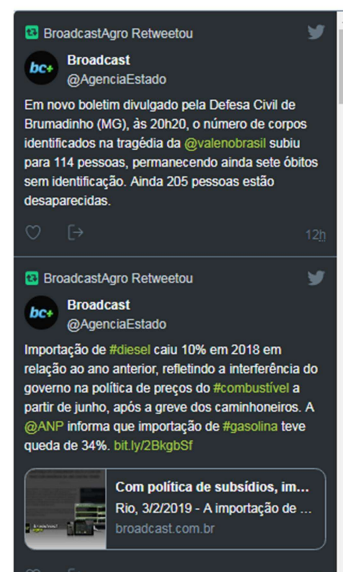
LÁCTEOS: SINDILAT PEDIRÁ À MINISTRA DA AGRICULTURA COTAS PARA IMPORTAÇÃO DO MERCOSUL



São Paulo, 15/01/2019 - O presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), Alexandre Guerra, vai se reunir amanhã, às 14h, com a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, em Brasília (DF). A informação foi passada há pouco, em nota, pelo próprio sindicato. Conforme o Sindilat, um dos pontos importantes a serem abordados no encontro é a compra governamental de leite em pó, a fim de aliviar a pressão do mercado interno, e a criação de um programa de incentivo à exportação de lácteos.

Guerra comenta que a reunião é um dos passos para recuperar a competitividade do setor leiteiro no Brasil, que sofre desvantagem se comparado aos países do Mercosul. "O panorama pode ser revertido com a criação de cotas de importações mensais da Argentina e do Uruguai que deem previsibilidade do volume que chegará ao Brasil", disse Guerra na nota. "Em outubro e novembro do ano passado foi importado o dobro de produtos em comparação a 2017. Isso gera desequilíbrio comercial e enfraquece o mercado como um todo."

Recentemente, em 10 de janeiro, a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc) também pediu ao governo federal a fixação de uma cota para importação de leite dos países do Mercosul. Sobre o que excederia o volume seria aplicada uma taxa de importação. A medida, argumentou na ocasião o presidente da Faesc, José Zeferino Pedrozo, é para "combater a crise no setor leiteiro". Segundo ele, as compras sem limite do produto do bloco colocaram produtores brasileiros em desvantagem. "O ideal seria a definição de cotas para os países que são membros e evitaria a concorrência predatória dentro do bloco", disse ele em nota. Ainda conforme a Faesc, as diferenças no custo de produção - incluindo encargos trabalhistas, questões tributárias e clima - geram para os vizinhos uma vantagem competitiva em relação aos pecuaristas do Brasil. (Tânia Rabello - tania.rabello@estadao.com - colaborou Nayara Figueiredo - nayara.figueiredo@estadao.com)



Veículo: Isto É

Link: <https://istoe.com.br/lacteos-sindilat-pedira-a-ministra-cotas-para-importacao-do-mercosul/>

Página: Agronegócio

Data: 15/01/2019

AGRONEGÓCIO

Lácteos: Sindilat pedirá a ministra cotas para importação do Mercosul

Estadão Conteúdo

🕒 15/01/19 - 18h09

Anúncio fechado por Google

Denunciar este anúncio

São Paulo, 15 – O presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), Alexandre Guerra, vai se reunir nesta quarta-feira, 16, às 14h, com a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, em Brasília (DF). A informação foi passada em nota, pelo próprio sindicato. Conforme o Sindilat, um dos pontos importantes a serem abordados no encontro é a compra governamental de leite em pó, a fim de aliviar a pressão do mercado interno, e a criação de um programa de incentivo à exportação de lácteos.

Guerra comenta que a reunião é um dos passos para recuperar a competitividade do setor leiteiro no Brasil, que sofre desvantagem se comparado aos países do Mercosul. “O panorama pode ser revertido com a criação de cotas de importações mensais da Argentina e do Uruguai que deem previsibilidade do volume que chegará ao Brasil”, disse Guerra na nota. “Em outubro e novembro do ano passado foi importado o dobro de produtos em comparação a 2017. Isso gera desequilíbrio comercial e enfraquece o mercado como um todo.”

Recentemente, em 10 de janeiro, a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc) também pediu ao governo federal a fixação de uma cota para importação de leite dos países do Mercosul. Sobre o que excederia o volume seria aplicada uma taxa de importação. A medida, argumentou na ocasião o presidente da Faesc, José Zeferino Pedrozo, é para “combater a crise no setor leiteiro”. Segundo ele, as compras sem limite do produto do bloco colocaram produtores brasileiros em desvantagem. “O ideal seria a definição de cotas para os países que são membros e evitaria a concorrência predatória dentro do bloco”, disse ele em nota. Ainda conforme a Faesc, as diferenças no custo de produção – incluindo encargos trabalhistas, questões tributárias e clima – geram para os vizinhos uma vantagem competitiva em relação aos pecuaristas do Brasil. (Colaborou Nayara Figueiredo)

Veículo: Isto É - Dinheiro

Link: <https://www.istoedinheiro.com.br/lacteos-sindilat-pedira-a-ministra-cotas-para-importacao-do-mercosul/>

Página: Agronegócio

Data 15/01/2019

AGRONEGÓCIO

Lácteos: Sindilat pedirá a ministra cotas para importação do Mercosul

Estadão Conteúdo

🕒 15/01/19 - 18h09

São Paulo, 15 – O presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), Alexandre Guerra, vai se reunir nesta quarta-feira, 16, às 14h, com a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, em Brasília (DF). A informação foi passada em nota, pelo próprio sindicato. Conforme o Sindilat, um dos pontos importantes a serem abordados no encontro é a compra governamental de leite em pó, a fim de aliviar a pressão do mercado interno, e a criação de um programa de incentivo à exportação de lácteos.

Guerra comenta que a reunião é um dos passos para recuperar a competitividade do setor leiteiro no Brasil, que sofre desvantagem se comparado aos países do Mercosul. “O panorama pode ser revertido com a criação de cotas de importações mensais da Argentina e do Uruguai que deem previsibilidade do volume que chegará ao Brasil”, disse Guerra na nota. “Em outubro e novembro do ano passado foi importado o dobro de produtos em comparação a 2017. Isso gera desequilíbrio comercial e enfraquece o mercado como um todo.”

Recentemente, em 10 de janeiro, a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc) também pediu ao governo federal a fixação de uma cota para importação de leite dos países do Mercosul. Sobre o que excederia o volume seria aplicada uma taxa de importação. A medida, argumentou na ocasião o presidente da Faesc, José Zeferino Pedrozo, é para “combater a crise no setor leiteiro”. Segundo ele, as compras sem limite do produto do bloco colocaram produtores brasileiros em desvantagem. “O ideal seria a definição de cotas para os países que são membros e evitaria a concorrência predatória dentro do bloco”, disse ele em nota. Ainda conforme a Faesc, as diferenças no custo de produção – incluindo encargos trabalhistas, questões tributárias e clima – geram para os vizinhos uma vantagem competitiva em relação aos pecuaristas do Brasil. (Colaborou Nayara Figueiredo)

Veículo: Terra

Link: <https://www.terra.com.br/economia/lacteos-sindilat-pedira-a-ministra-cotas-para-importacao-do-mercosul,d39f3930366ec509c7f025684e2d25bejtiyv510.html>

Página: Economia

Data: 15/01/2019

ECONOMIA

Lácteos: Sindilat pedirá a ministra cotas para importação do Mercosul



Tânia Rabello

15 JAN 2019 18h20

São Paulo, 15 - O presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), Alexandre Guerra, vai se reunir nesta quarta-feira, 16, às 14h, com a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, em Brasília (DF). A informação foi passada em nota, pelo próprio sindicato. Conforme o Sindilat, um dos pontos importantes a serem abordados no encontro é a compra governamental de leite em pó, a fim de aliviar a pressão do mercado interno, e a criação de um programa de incentivo à exportação de lácteos.

Guerra comenta que a reunião é um dos passos para recuperar a competitividade do setor leiteiro no Brasil, que sofre desvantagem se comparado aos países do Mercosul. "O panorama pode ser revertido com a criação de cotas de importações mensais da Argentina e do Uruguai que deem previsibilidade do volume que chegará ao Brasil", disse Guerra na nota. "Em outubro e novembro do ano passado foi importado o dobro de produtos em comparação a 2017. Isso gera desequilíbrio comercial e enfraquece o mercado como um todo."

Recentemente, em 10 de janeiro, a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc) também pediu ao governo federal a fixação de uma cota para importação de leite dos países do Mercosul. Sobre o que excederia o volume seria aplicada uma taxa de importação. A medida, argumentou na ocasião o presidente da Faesc, José Zeferino Pedrozo, é para "combater a crise no setor leiteiro". Segundo ele, as compras sem limite do produto do bloco colocaram produtores brasileiros em desvantagem. "O ideal seria a definição de cotas para os países que são membros e evitaria a concorrência predatória dentro do bloco", disse ele em nota. Ainda conforme a Faesc, as diferenças no custo de produção - incluindo encargos trabalhistas, questões tributárias e clima - geram para os vizinhos uma vantagem competitiva em relação aos pecuaristas do Brasil. (Colaborou Nayara Figueiredo)

Veículo: Dinheiro Rural

Link: <https://www.dinheiorural.com.br/lacteos-sindilat-pedira-a-ministra-cotas-para-importacao-do-mercosul/>

Página: Economia

Data : 15/01/2019

NOTÍCIAS

Lácteos: Sindilat pedirá a ministra cotas para importação do Mercosul

Estadão Conteúdo

🕒 15/01/19 - 18h09

São Paulo, 15 – O presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), Alexandre Guerra, vai se reunir nesta quarta-feira, 16, às 14h, com a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, em Brasília (DF). A informação foi passada em nota, pelo próprio sindicato. Conforme o Sindilat, um dos pontos importantes a serem abordados no encontro é a compra governamental de leite em pó, a fim de aliviar a pressão do mercado interno, e a criação de um programa de incentivo à exportação de lácteos.

Guerra comenta que a reunião é um dos passos para recuperar a competitividade do setor leiteiro no Brasil, que sofre desvantagem se comparado aos países do Mercosul. “O panorama pode ser revertido com a criação de cotas de importações mensais da Argentina e do Uruguai que deem previsibilidade do volume que chegará ao Brasil”, disse Guerra na nota. “Em outubro e novembro do ano passado foi importado o dobro de produtos em comparação a 2017. Isso gera desequilíbrio comercial e enfraquece o mercado como um todo.”

Recentemente, em 10 de janeiro, a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc) também pediu ao governo federal a fixação de uma cota para importação de leite dos países do Mercosul. Sobre o que excederia o volume seria aplicada uma taxa de importação. A medida, argumentou na ocasião o presidente da Faesc, José Zeferino Pedrozo, é para “combater a crise no setor leiteiro”. Segundo ele, as compras sem limite do produto do bloco colocaram produtores brasileiros em desvantagem. “O ideal seria a definição de cotas para os países que são membros e evitaria a concorrência predatória dentro do bloco”, disse ele em nota. Ainda conforme a Faesc, as diferenças no custo de produção – incluindo encargos trabalhistas, questões tributárias e clima – geram para os vizinhos uma vantagem competitiva em relação aos pecuaristas do Brasil. (Colaborou Nayara Figueiredo)

Veículo: Castrolanda

Link: <https://www.castrolanda.coop.br/noticia/lacteos-sindilat-pedira-a-ministra-cotas-para-importacao-do-mercosul-27187>

Página: Notícias

Data: 15/01/2019

Lácteos: Sindilat pedirá a ministra cotas para importação do Mercosul

São Paulo, 15 - O presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), Alexandre Guerra, vai se reunir nesta quarta-feira, 16, às 14h, com a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, em Brasília (DF). A informação foi passada em nota, pelo próprio sindicato. Conforme o Sindilat, um dos pontos importantes a serem abordados no encontro é a compra governamental de leite em pó, a fim de aliviar a pressão do mercado interno, e a criação de um programa de incentivo à exportação de lácteos.

Guerra comenta que a reunião é um dos passos para recuperar a competitividade do setor leiteiro no Brasil, que sofre desvantagem se comparado aos países do Mercosul. "O panorama pode ser revertido com a criação de cotas de importações mensais da Argentina e do Uruguai que deem previsibilidade do volume que chegará ao Brasil", disse Guerra na nota. "Em outubro e novembro do ano passado foi importado o dobro de produtos em comparação a 2017. Isso gera desequilíbrio comercial e enfraquece o mercado como um todo."

Recentemente, em 10 de janeiro, a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc) também pediu ao governo federal a fixação de uma cota para importação de leite dos países do Mercosul. Sobre o que excederia o volume seria aplicada uma taxa de importação. A medida, argumentou na ocasião o presidente da Faesc, José Zeferino Pedrozo, é para "combater a crise no setor leiteiro". Segundo ele, as compras sem limite do produto do bloco colocaram produtores brasileiros em desvantagem. "O ideal seria a definição de cotas para os países que são membros e evitaria a concorrência predatória dentro do bloco", disse ele em nota. Ainda conforme a Faesc, as diferenças no custo de produção - incluindo encargos trabalhistas, questões tributárias e clima - geram para os vizinhos uma vantagem competitiva em relação aos pecuaristas do Brasil. (Colaborou Nayara Figueiredo)

Fonte: Q10/Estadão Conteúdo

Veículo: Agrolink

Link: https://www.agrolink.com.br/noticias/sindilat-se-reune-com-a-ministra-da-agricultura-nesta-quinta-feira_415054.html

Página: Notícias

Data 15/01/2019



Leite

Sindilat se reúne com a ministra da Agricultura nesta quinta-feira

Sindilat será representado pelo presidente, Alexandre Guerra

Imagem créditos: Embrapa Gado de Leite

Por: AGROLINK COM INF. DE ACESSORIA
Publicado em 15/01/2019 às 17:57h.

Para levar às instâncias federais as pautas do setor leiteiro gaúcho, o Sindicato da Indústria de Laticínios do RS (Sindilat) e demais entidades da cadeia se reunirão com a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, nessa quinta-feira (17/1), em Brasília (DF), a partir das 14h. Um dos pontos importantes a serem abordados no encontro é a compra governamental de leite em pó, a fim de aliviar a pressão do mercado interno, e a criação de programa de incentivo à exportação de lácteos. O Sindilat será representado pelo presidente, Alexandre Guerra.

Segundo o dirigente, a reunião é um dos passos para recuperar a competitividade do setor, que sofre desvantagem se comparado ao Mercosul. O panorama pode ser revertido, de acordo com Guerra, com a criação de cotas de importações mensais da Argentina e Uruguai que deem previsibilidade do volume que chegará ao Brasil. "Em outubro e novembro do ano passado foi importado o dobro de produtos em comparação a 2017. Isso gera desequilíbrio comercial e enfraquece o mercado como um todo", explica. Além disso, Guerra pontua que não é só a produção que determina a falta de competitividade, mas também os custos envolvidos no processo, como preço do combustível, de insumos, de peças de maquinário etc.

É com otimismo que o presidente vê a relação das entidades do setor leiteiro gaúcho com o novo governo federal, visto que essa será a segunda reunião com Tereza Cristina. A primeira, realizada em 18/12, antes da posse da ministra, já sinalizou o contato. "Temos que trabalhar em diversas frentes com objetivo de manter um setor tão importante para a economia brasileira, proteger nosso mercado pelo número de famílias ligadas ao setor e nos transformar de importador para exportador", conclui.

Veículo: Milkpoint

Link: <https://www.milkpoint.com.br/noticias-e-mercado/giro-noticias/indenizacoes-a-produtores-de-leite-crescem-em-2018-212084/>

Página: Giro de Notícias

Data 16/01/2019



O **Fundo de Desenvolvimento e Defesa Sanitária Animal (Fundesa)** anunciou nesta terça-feira (15/1) durante Assembleia Geral Extraordinária o aumento de recursos destinados a indenização de produtores de leite em 2018 com relação a 2017. O ano fechou com R\$ 4,2 milhões designados a **erradicação de animais positivos para tuberculose ou brucelose** - 9,64% a mais do que no ano anterior. Esses números, de acordo com o secretário-executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios (Sindilat), Darlan Palharini, sinalizam que **os criadores estão cada vez mais conscientes sobre a importância da eliminação dessas zoonoses no Estado.**

O valor que coube às indenizações no setor leiteiro corresponde a mais de 60% do valor utilizado nas quatro cadeias que compõem o Fundo (aves, suínos, pecuária de corte e pecuária de leite) - R\$ 6,5 milhões. Para o presidente do Fundo, Rogério Kerber, os números demonstram que o Rio Grande do Sul está trabalhando com muita competência para redução na incidência da tuberculose e da brucelose nos rebanhos. Além disso, para Kerber os dados também enfatizam que os criadores vêm trabalhando o saneamento em suas propriedades.

Na ocasião, o Fundesa divulgou o saldo do fundo que fechou o ano em R\$ 84,84 milhões, com o ingresso de R\$ 10,5 milhões em contribuições de produtores e indústrias.

As informações são do Sindilat.

Veículo: Notícias Agrícolas

Link: <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/leite/228432-sindilat-se-reune-com-a-ministra-da-agricultura-nesta-quinta-feira.html#.XFmoZ9JKjcc>

Página: Notícias

Data: 16/01/2019

Sindilat se reúne com a ministra da Agricultura nesta quinta-feira

Publicado em 16/01/2019 07:35

85 exibições



Para levar às instâncias federais as pautas do setor leiteiro gaúcho, o Sindicato da Indústria de Laticínios do RS (Sindilat) e demais entidades da cadeia se reunirão com a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, nessa quinta-feira (17/1), em Brasília (DF), a partir das 14h.

Um dos pontos importantes a serem abordados no encontro é a compra governamental de leite em pó, a fim de aliviar a pressão do mercado interno, e a criação de programa de incentivo à exportação de lácteos. O Sindilat será representado pelo presidente, Alexandre Guerra.

Segundo o dirigente, a reunião é um dos passos para recuperar a competitividade do setor, que sofre desvantagem se comparado ao Mercosul. O panorama pode ser revertido, de acordo com Guerra, com a criação de cotas de importações mensais da Argentina e Uruguai que deem previsibilidade do volume que chegará ao Brasil. "Em outubro e novembro do ano passado foi importado o dobro de produtos em comparação a 2017. Isso gera desequilíbrio comercial e enfraquece o mercado como um todo", explica. Além disso, Guerra pontua que não é só a produção que determina a falta de competitividade, mas também os custos envolvidos no processo, como preço do combustível, de insumos, de peças de maquinário etc.

É com otimismo que o presidente vê a relação das entidades do setor leiteiro gaúcho com o novo governo federal, visto que essa será a segunda reunião com Tereza Cristina. A primeira, realizada em 18/12, antes da posse da ministra, já sinalizou o contato. "Temos que trabalhar em diversas frentes com objetivo de manter um setor tão importante para a economia brasileira, proteger nosso mercado pelo número de famílias ligadas ao setor e nos transformar de importador para exportador", conclui.

Fonte: Sindilat RS

Veículo: Jornal do Comércio

Link: <https://www.jornaldocomercio.com/ conteudo/economia/2019/01/665679-enchente-leva-prejuizos-aos-arrozeiros-gauchos.html>

Página: Economia

Data: 16/01/2019

Sindilat se reúne pela segunda vez com a ministra da Agricultura

Para levar às instâncias federais as pautas do setor leiteiro gaúcho, o Sindicato da Indústria de Laticínios (Sindilat) e demais entidades da cadeia se reunirão com a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, amanhã, em Brasília, a partir das 14h. Um dos pontos importantes a serem abordados no encontro é a compra governamental de leite em pó, a fim de aliviar a pressão do mercado interno, e a criação de programa de incentivo à exportação de lácteos. O Sindilat será representado pelo presidente, Alexandre Guerra.

Segundo o dirigente, a reunião é um dos passos para recuperar a competitividade do setor, que sofre desvantagem se comparado ao Mercosul. O panorama pode ser revertido, de acordo com Guerra, com a criação de cotas de importações mensais da Argentina e do Uruguai que deem previsibilidade do volume que chegará ao Brasil. "Em outubro e novembro do ano passado, foi importado o dobro de produtos em comparação a 2017. Isso gera desequilíbrio comercial e enfraquece o mercado como um todo", explica. Além disso, Guerra pontua que não é só a produção que determina a falta de competitividade, mas também os custos envolvidos no processo, como preço do combustível, de insumos, de peças de maquinário etc.

É com otimismo que o presidente vê a relação das entidades do setor leiteiro gaúcho com o novo governo, visto que essa será a segunda reunião com Tereza Cristina. A primeira foi realizada em 18 de dezembro. "Temos que trabalhar em diversas frentes com o objetivo de manter um setor tão importante para a economia brasileira, proteger nosso mercado pelo número de família ligadas ao setor e nos transformar de importador para exportador."

Veículo: Edairy News

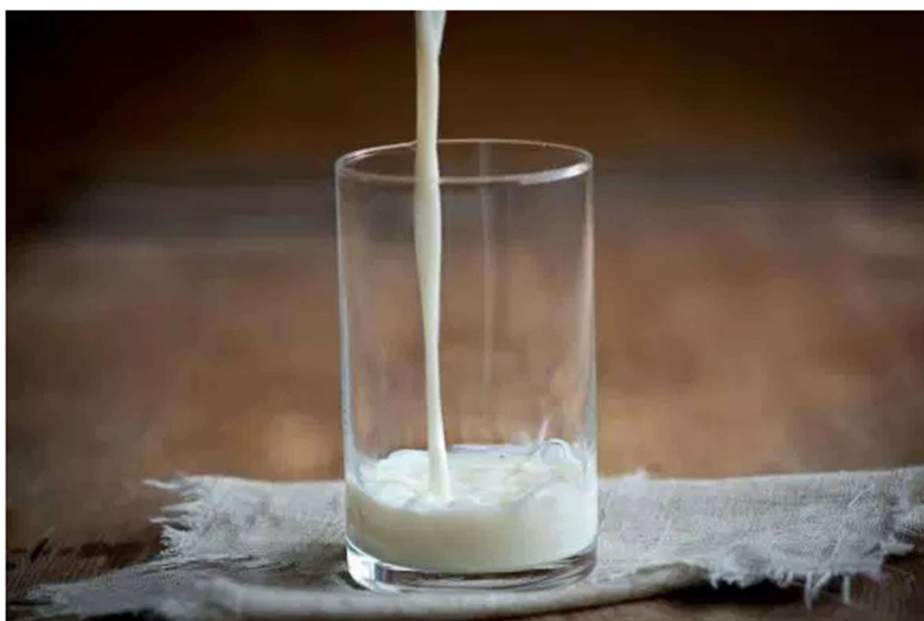
Link: <https://edairynews.com/br/lacteos-sindilat-rs-vai-pedir-a-ministra-cotas-de-importacao-do-mercosul-59935/>

Página: Notícias

Data: 16/01/2019

Brasil | 16 enero, 2019

LEITE | LÁCTEOS: SINDILAT-RS VAI PEDIR A MINISTRA COTAS DE IMPORTAÇÃO DO MERCOSUL



Reunião é passo para recuperar competitividade do setor leiteiro do Brasil, afirma presidente do sindicato dos laticínios do estado

Fonte Canal Rural

Reunião é passo para recuperar competitividade do setor leiteiro do Brasil, afirma presidente do sindicato dos laticínios do estado

15 de janeiro de 2019 às 20:08

O presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), Alexandre Guerra, vai se reunir nesta quarta-feira, dia 16, às 14h, com a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, em Brasília (DF). A informação foi passada em nota, pelo próprio sindicato. Conforme o Sindilat, um dos pontos importantes a serem abordados no encontro é a compra governamental de leite em pó, a fim de aliviar a pressão do mercado interno, e a criação de um programa de incentivo à exportação de lácteos.

Guerra comenta que a reunião é um dos passos para recuperar a competitividade do setor leiteiro no Brasil, que sofre desvantagem se comparado aos países do Mercosul. “O panorama pode ser revertido com a criação de cotas de importações mensais da Argentina e do Uruguai que deem previsibilidade do volume que chegará ao Brasil”, disse Guerra na nota. “Em outubro e novembro do ano passado foi importado o dobro de produtos em comparação a 2017. Isso gera desequilíbrio comercial e enfraquece o mercado como um todo.”

Recentemente, em 10 de janeiro, a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc) também pediu ao governo federal a fixação de uma cota para importação de leite dos países do Mercosul. Sobre o que excederia o volume seria aplicada uma taxa de importação. A medida, argumentou na ocasião o presidente da Faesc, José Zeferino Pedrozo, é para “combater a crise no setor leiteiro”. Segundo ele, as compras sem limite do produto do bloco colocaram produtores brasileiros em desvantagem. “O ideal seria a definição de cotas para os países que são membros e evitaria a concorrência predatória dentro do bloco”, disse ele em nota.

Ainda conforme a Faesc, as diferenças no custo de produção – incluindo encargos trabalhistas, questões tributárias e clima – geram para os vizinhos uma vantagem competitiva em relação aos pecuaristas do Brasil.

Veículo: Canal Rural

Link: <https://canalrural.uol.com.br/noticias/pecuaria/leite/agricultura-nao-tem-solucao-leite/>

Página: Notícias

Data: 17/01/2019

PROBLEMA ANTIGO

Ministério da Agricultura não tem solução para crise do setor leiteiro

Entidades se reuniram com a ministra Tereza Cristina para cobrar medidas que melhorem a competitividade dos produtores brasileiros

17 de janeiro de 2019 às 19:55
Por Canal Rural



Foto: Pixabay

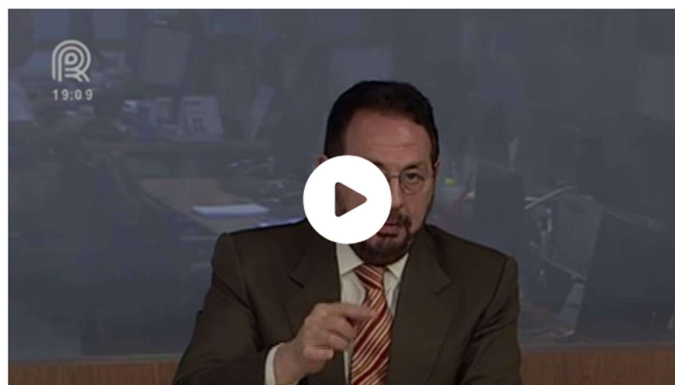
O governo ainda não tem uma solução para a crise enfrentada pelo setor leiteiro, afirmou a ministra da Agricultura, Tereza Cristina. Ela confirmou que a importação de leite em pó foi debatida durante o encontro dos presidentes da Argentina e Brasil nesta semana, em Brasília. “Eu tinha certeza de que não teríamos, hoje, nenhuma solução. Temos um encaminhamento para construir juntos uma política mais efetiva, mais profícua, e que traga tranquilidade, principalmente ao pequeno produtor”, afirmou.

Em reunião setor realizada com o setor nesta quinta-feira, dia 17, oito entidades pediram condições melhores de competitividade em relação ao leite importado da Argentina e do Uruguai.

De acordo com os pecuaristas, custos de produção e impostos inviabilizam a concorrência. “Um implemento agrícola fabricado no Brasil é vendido mais barato para os nossos países vizinhos, por exemplo. Temos que desonerar nossa cadeia”, afirmou o presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Leite (Abraleite), Geraldo Borges.

O documento apresentado ao Ministério da Agricultura também pede medidas antidumping – quando há venda muito abaixo do valor praticado no mercado, com intuito de eliminar ou prejudicar a concorrência –, promoção ao consumo e estímulo à exportação.

“Vamos estipular um prazo para que a câmara setorial construa um documento com as demandas e políticas públicas para o setor de produção de leite e derivados”, disse Rodrigo Alvim, presidente da Comissão Nacional Pecuária de Leite da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).



O presidente do Sindicato das Indústrias de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat-RS), Alexandre Guerra, reconhece que as soluções propostas pelo setor demandam tempo, mas sugere que a pasta faça compras governamentais, como solução temporária.

A ministra se comprometeu novamente a construir um caminho que acabe com os problemas ocasionados, principalmente, pelo excesso de oferta do produto.

Veículo: Guiallat

Link: http://guiallat.com.br/?p=detalhar_noticia&id=4211

Página: Cadeia do Leite

Data: 17/01/2019

Indústria brasileira quer limitar compras de leite em pó do Mercosul

17/01/2019 10:41:18 - Por: Valor Econômico

Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul diz quer cota para importação da Argentina e do Uruguai.



Representantes do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat) vão se reunir hoje com a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, para discutir a compra governamental de leite em pó. Com isso, a indústria gaúcha quer aliviar a pressão do mercado interno. O sindicato também quer negociar a criação de um programa de incentivo à exportação de lácteos.

Segundo Alexandre Guerra, a reunião é um dos passos para recuperar a competitividade do setor leiteiro no Brasil, que sofre desvantagem se comparado aos países do Mercosul. "O panorama pode ser revertido com a criação de cotas de importações mensais da Argentina e do Uruguai que deem previsibilidade do volume que chegará ao Brasil", disse ele em nota.

"Em outubro e novembro do ano passado foi importado o dobro de produtos em comparação a 2017. Isso gera desequilíbrio comercial e enfraquece o mercado como um todo."

A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc) também pediu ao governo federal a fixação de uma cota para importação de leite dos países do Mercosul no último dia 10. Sobre o que excederia o volume seria aplicada uma taxa de importação.

Veículo: Página Rural

Link: <http://www.paginarural.com.br/noticia/264379/setor-lacteo-e-governo-irao-tracar-plano-de-desenvolvimento-para-a-cadeia-produtiva-do-leite-diz-sindilat>

Página: Notícias

Data: 17/01/2019

Quinta-feira, 17 de janeiro de 2019 - 19h47m

Eventos > Reunião

DF: setor lácteo e governo irão traçar plano de desenvolvimento para a cadeia produtiva do leite, diz Sindilat

Brasília/DF

O Sindicato das Indústrias de Laticínios e Derivados do Estado do Rio Grande do Sul (Sindilat-RS) e outras entidades da cadeia produtiva do leite assinaram um documento para que, juntamente com o governo federal, possam construir as bases e diretrizes de uma política nacional para o leite. O objetivo, traçado em reunião realizada no Ministério da Agricultura, em Brasília, nesta quinta-feira (17), é trabalhar uma pauta única entre produtores e indústria, via Câmara Setorial do Leite, para tornar o setor mais competitivo e previsível em termos de negócio.

Segundo o presidente do Sindilat-RS Alexandre Guerra, os representantes da cadeia produtiva do leite propuseram à ministra da Agricultura, Tereza Cristina, uma agenda positiva para promover o leite, tanto no mercado interno, como externo. "Ela está dando uma importância muito grande ao leite, o que nos entusiasma para que, juntos, possamos encontrar a solução para a modernização do setor", destaca. Em sua participação no encontro, o dirigente solicitou compras governamentais e ressaltou a importância do projeto leite saudável para desenvolvimento da produção no campo. Também mencionou a necessidade de retomada do PEP e a urgência da implementação da isonomia tributária e da simplificação tributária. O vice-presidente do Sindilat-RS, Caio Vianna, que também participou da reunião, salientou que o documento ganha maior importância por ter sido harmonizado por todas as entidades de representação de produtores e indústrias.

A agenda positiva proposta pelo setor será norteada pelos seguintes eixos:

- Defesa comercial contra importações desleais;
- Competitividade (desoneração tributária, política agrícola, isonomia competitiva, infraestrutura, assistência técnica, qualidade e sanidade, dentre outros);
- Inovação tecnológica;
- Promoção do consumo e imagem do setor;
- Estímulo às exportações.

Também assinaram o documento o presidente do Sistema OCB, Márcio Lopes de Freitas; o presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite e Derivados e da Comissão Nacional de Pecuária de Leite da CNA, Rodrigo Sant'Anna Alvim; o diretor executivo da Viva Lácteos, Marcelo Martins; o presidente da ABIQ, Fábio Scarcelli; o chefe-geral da Embrapa Gado de Leite, Paulo do Carmo Martins; o presidente da Abraleite, Geraldo Borges, e o presidente do G100, Vasco Praça Filho.



O QUE
A GENTE
PODE FAZER
PARA VOCÊ
PROSPERAR
HOJE?

 **Santander**

ABRA SUA CONTA

Sujeito análise cadastral e de crédito.

Veículo: Sucesso no Campo

Link: <https://www.sucessonocampo.com.br/noticias/indenizacoes-a-produtores-de-leite-crescem-em-2018/>

Página: Notícias

Data: 17/01/2019

➤ Indenizações a produtores de leite crescem em 2018

Categoria Geral - 17 de janeiro de 2019

Fundesa divulgou o saldo do fundo que fechou o ano em R\$ 84,84 milhões

O Fundo de Desenvolvimento e Defesa Sanitária Animal (Fundesa) anunciou na terça-feira (15/1) durante Assembleia Geral Extraordinária o aumento de recursos destinados a indenização de produtores de leite em 2018 com relação a 2017. O ano fechou com R\$ 4,2 milhões designados a erradicação de animais positivos para tuberculose ou brucelose – 9,64% a mais do que no ano anterior. Esses números, de acordo com o secretário-executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios (Sindilat), Darlan Palharini, sinalizam que os criadores estão cada vez mais conscientes sobre a importância da eliminação dessas zoonoses no Estado.

O valor que coube às indenizações no setor leiteiro correspondem a mais de 60% do valor utilizado nas quatro cadeias que compõem o Fundo (aves, suínos, pecuária de corte e pecuária de leite) – R\$ 6,5 milhões. Para o presidente do Fundo, Rogério Kerber, os números demonstram que o Rio Grande do Sul está trabalhando com muita competência para redução na incidência da tuberculose e da brucelose nos rebanhos. Além disso, para Kerber os dados também enfatizam que os criadores vêm trabalhando o saneamento em suas propriedades.

Na ocasião, o Fundesa divulgou o saldo do fundo que fechou o ano em R\$ 84,84 milhões, com o ingresso de R\$ 10,5 milhões em contribuições de produtores e indústrias.

Fonte: Agrolink c/Inf. Assessoria



Veículo: Site Compre Rural

Link: <https://www.comprerural.com/governo-nao-tem-solucao-para-crise-do-setor-leiteiro/>

Página: Notícias

Data: 18/01/2019

[Página Inicial](#) > [Destaque](#) > [Governo não tem solução para crise do setor leiteiro](#)

GOVERNO NÃO TEM SOLUÇÃO PARA CRISE DO SETOR LEITEIRO

18 de janeiro de 2019

PARTILHAR

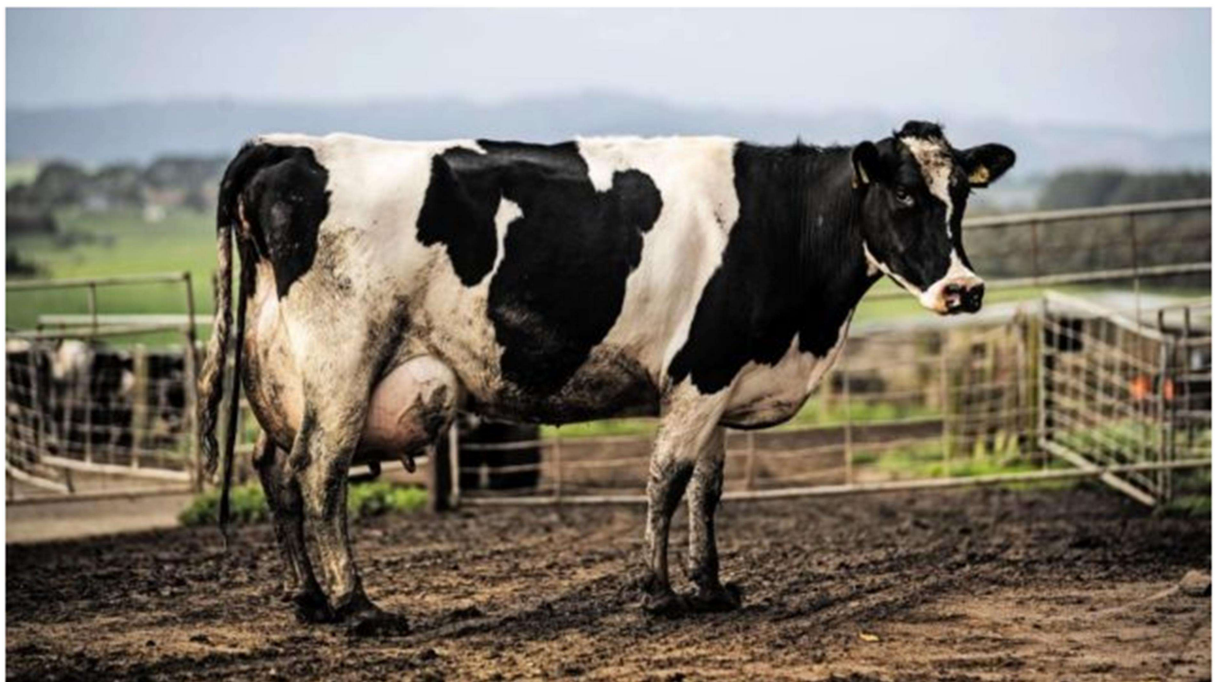


Foto Divulgação.

Entidades se reuniram com a ministra Tereza Cristina para cobrar medidas que melhorem a competitividade dos produtores brasileiros.

O governo ainda não tem uma solução para a crise enfrentada pelo setor leiteiro, afirmou a ministra da Agricultura, Tereza Cristina. Ela confirmou que a importação de leite em pó foi debatida durante o encontro dos presidentes da Argentina e Brasil nesta semana, em Brasília.

“Eu tinha certeza de que não teríamos, hoje, nenhuma solução. Temos um encaminhamento para construir juntos uma política mais efetiva, mais profícua, e que traga tranquilidade, principalmente ao pequeno produtor”, afirmou.

Em reunião setor realizada com o setor nesta quinta-feira, dia 17, oito entidades pediram condições melhores de competitividade em relação ao leite importado da Argentina e do Uruguai.



easynvest

Invista a partir de
R\$ 30,00 e mude a
sua vida financeira

Abra a sua conta

Veículo: Agrolink

Link: https://www.agrolink.com.br/noticias/setor-lacteo-e-governo-irao-tracar-plano-de-desenvolvimento-para-a-cadeia-produtiva-do-leite_415190.html

Página: Notícias

Data: 18/01/2019



Leite

Setor lácteo e governo irão traçar plano de desenvolvimento para a cadeia produtiva do leite

Objetivo é tornar o setor mais competitivo e previsível em termos de negócio

Imagem créditos: Arquivo

Por: AGROLINK COM INF. DE ASSESSORIA
Publicado em 18/01/2019 às 13:33h.

O Sindicato das Indústrias de Laticínios e Derivados do Estado do Rio Grande do Sul (Sindilat-RS) e outras entidades da cadeia produtiva do leite assinaram um documento para que, juntamente com o governo federal, possam construir as bases e diretrizes de uma política nacional para o leite. O objetivo, traçado em reunião realizada no Ministério da Agricultura, em Brasília, nesta quinta-feira (17/01), é trabalhar uma pauta única entre produtores e indústria, via Câmara Setorial do Leite, para tornar o setor mais competitivo e previsível em termos de negócio.

[Acesse aqui e saiba mais.](#)

inpev



Segundo o presidente do Sindilat-RS Alexandre Guerra, os representantes da cadeia produtiva do leite propuseram à ministra da Agricultura, Tereza Cristina, uma agenda positiva para promover o leite, tanto no mercado interno, como externo. “Ela está dando uma importância muito grande ao leite, o que nos entusiasma para que, juntos, possamos encontrar a solução para a modernização do setor”, destaca. Em sua participação no encontro, o dirigente solicitou compras governamentais e ressaltou a importância do projeto leite saudável para desenvolvimento da produção no campo. Também mencionou a necessidade de retomada do PEP e a urgência da implementação da isonomia tributária e da simplificação tributária. O vice-presidente do Sindilat-RS, Caio Vianna, que também participou da reunião, salientou que o documento ganha maior importância por ter sido harmonizado por todas as entidades de representação de produtores e indústrias.

A agenda positiva proposta pelo setor será norteadada pelos seguintes eixos:

- Defesa comercial contra importações desleais;
- Competitividade (desoneração tributária, política agrícola, isonomia competitiva, infraestrutura, assistência técnica, qualidade e sanidade, dentre outros);
- Inovação tecnológica;
- Promoção do consumo e imagem do setor;
- Estímulo às exportações.

Também assinaram o documento o presidente do Sistema OCB, Márcio Lopes de Freitas; o presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite e Derivados e da Comissão Nacional de Pecuária de Leite da CNA, Rodrigo Sant’Anna Alvim; o diretor executivo da Viva Lácteos, Marcelo Martins; o presidente da ABIQ, Fábio Scarcelli; o chefe-geral da Embrapa Gado de Leite, Paulo do Carmo Martins; o presidente da Abraleite, Geraldo Borges, e o presidente do G100, Vasco Praça Filho.